



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



### Município de Palhoça

**Data de Fundação** – 24/04/1894

**População:** 137.199 habitantes  
(IBGE - 2010)

**PIB:** 1.468,42 (em milhões)  
(IBGE - 2008)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	16
4.1. Situação Patrimonial.....	16
4.2. Análise do resultado financeiro.....	17
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	18
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	21
5.1. Saúde .....	21
5.2. Ensino.....	23
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	23
5.2.2. FUNDEB.....	24
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	26
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	26
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	29
6. DO CONTROLE INTERNO .....	30
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	30
8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS .....	32
9. OUTRAS RESTRIÇÕES .....	33
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010 .....	33
CONCLUSÃO.....	33
ANEXO .....	36
Apêndice 1 .....	37
Apêndice 2 .....	38
Apêndice 3 .....	38
Apêndice 4 .....	38



Apêndice 5 .....41

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 11/00146935</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Palhoça</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Ronério Heiderscheidt - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010
<b>RELATÓRIO N°</b>	4636/2011

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Palhoça, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Palhoça, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 03/11/2011.

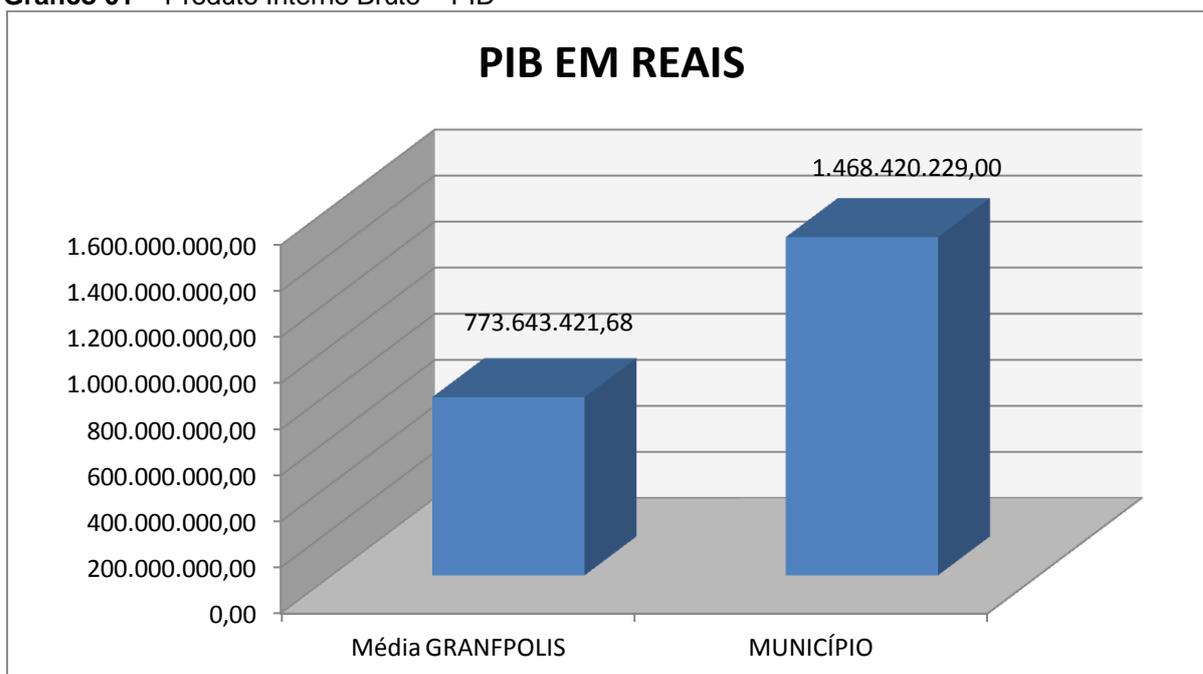
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Palhoça foi fundada em 1793 e elevada a município em abril de 1894. Colonizada inicialmente por portugueses, que se fixaram na Enseada do Brito, recebeu também diversas levas de imigrantes alemães, africanos e italianos. A partir dos anos 1970, quando 69% da população ainda moravam no campo e o município dependia da produção primária, a cidade passou a se desenvolver e transformou-se num importante pólo comercial e industrial. Mas ainda preserva suas tradições e folclore, em manifestações como o Boi-de-Mamão, a dança do Pau-de-Fitas, o Terno de Reis e o Pão-por-Deus.

O Município de Palhoça tem uma população estimada em 137.199<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,82<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 1.468.420.229,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 11.439,86, considerando uma população estimada em 2008 de 128.360 habitantes.

**Gráfico 01** – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Palhoça encontra-se na seguinte situação:

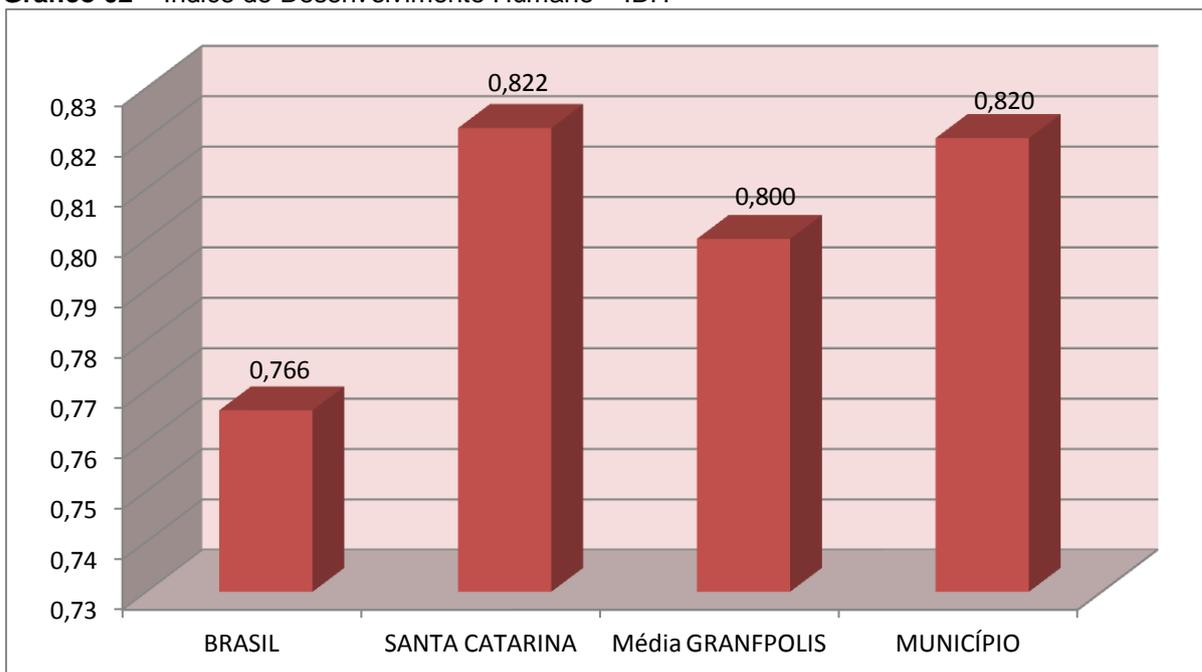
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2010

<sup>3</sup> PNUD - 2000

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2000

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01 – Leis Orçamentárias**

LEIS	DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	3046/2009	24/09/2009	231.739.060,00
LDO	3127/2009	19/06/2009	231.739.060,00
LOA	3220/09	08/04/2009	

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02** – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	231.739.060,00	168.871.077,28	72,87
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	264.418.824,02	148.158.088,50	56,03
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>20.712.988,78</b>	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS			
	Resultado Consolidado	Resultado do RPPS	Resultado s/ RPPS
RECEITA	168.871.077,28	13.241.144,20	155.629.933,08
DESPESA	148.158.088,50	3.251.996,04	144.906.092,46
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>	<b>20.712.988,78</b>	<b>9.989.148,16</b>	<b>10.723.840,62</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 1.115.597,35 entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e o resultado da execução orçamentária ajustada sem RPPS refere-se ao cancelamento de restos a pagar no valor de 1.183.630,99, menos o valor de R\$ 68.033,64 referente ao Ajuste do Patrimônio Financeiro, conforme consta no Sub Capítulo 4.2 – Análise do resultado financeiro, Quadro 11-A, deste Relatório.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 20.712.988,78**, correspondendo a **12,27%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 20.712.988,78, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 8.933.122,85 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 11.779.865,93.

**Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência o município apresentou Superávit de R\$ 10.723.840,62.**

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Palhoça nos últimos 5 anos:

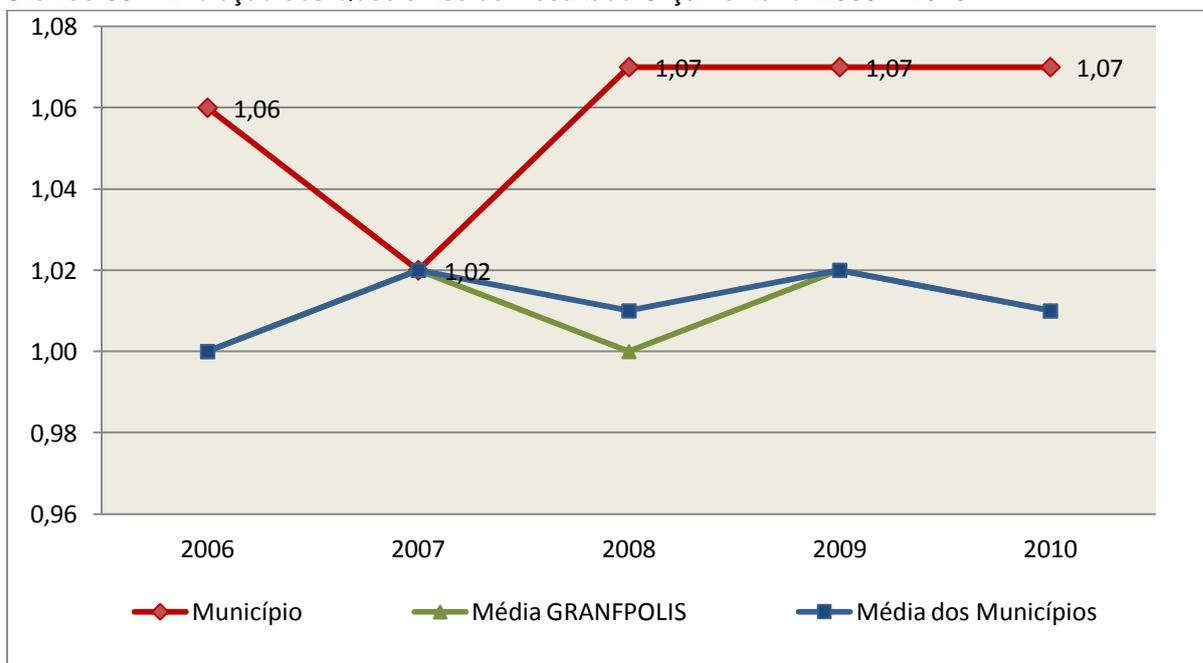
**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – **Excluído RPPS** – 2006-2010

ITENS / ANO		2006	2007	2008	2009	2010
1	Receita realizada	77.447.114,29	89.548.897,47	128.850.895,17	133.734.217,62	155.629.933,08
2	Despesa executada	73.150.533,13	87.463.710,59	120.781.727,90	124.990.580,82	144.906.092,46
QUOCIENTE		2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,06	1,02	1,07	1,07	1,07

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 168.871.077,28**, equivalendo a **72,87%** da receita orçada.

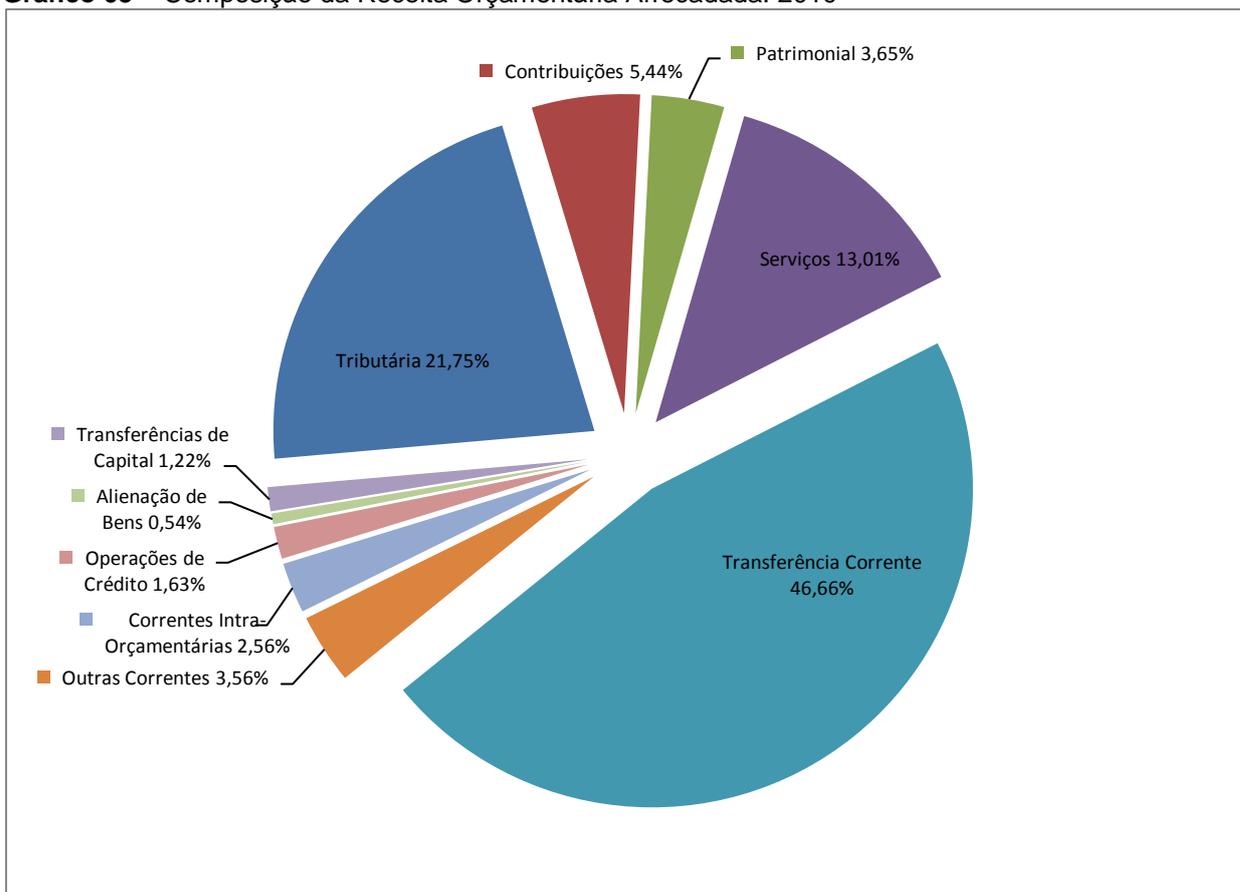
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	39.630.000,00	36.729.397,43	92,68
Receita de Contribuições	7.900.000,00	9.179.491,48	116,20
Receita Patrimonial	3.659.500,00	6.160.518,92	168,34
Receita de Serviços	26.415.000,00	21.968.168,23	83,17
Transferência Corrente	83.828.800,00	78.792.902,17	93,99
Outras Receitas Correntes	13.132.000,00	6.003.855,79	45,72
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	4.000.000,00	4.315.337,82	107,88
Operações de Crédito	24.600.000,00	2.750.491,77	11,18
Alienação de Bens	5.330.000,00	908.431,86	17,04
Transferências de Capital	23.243.760,00	2.062.481,81	8,87
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>231.739.060,00</b>	<b>168.871.077,28</b>	<b>72,87</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010**

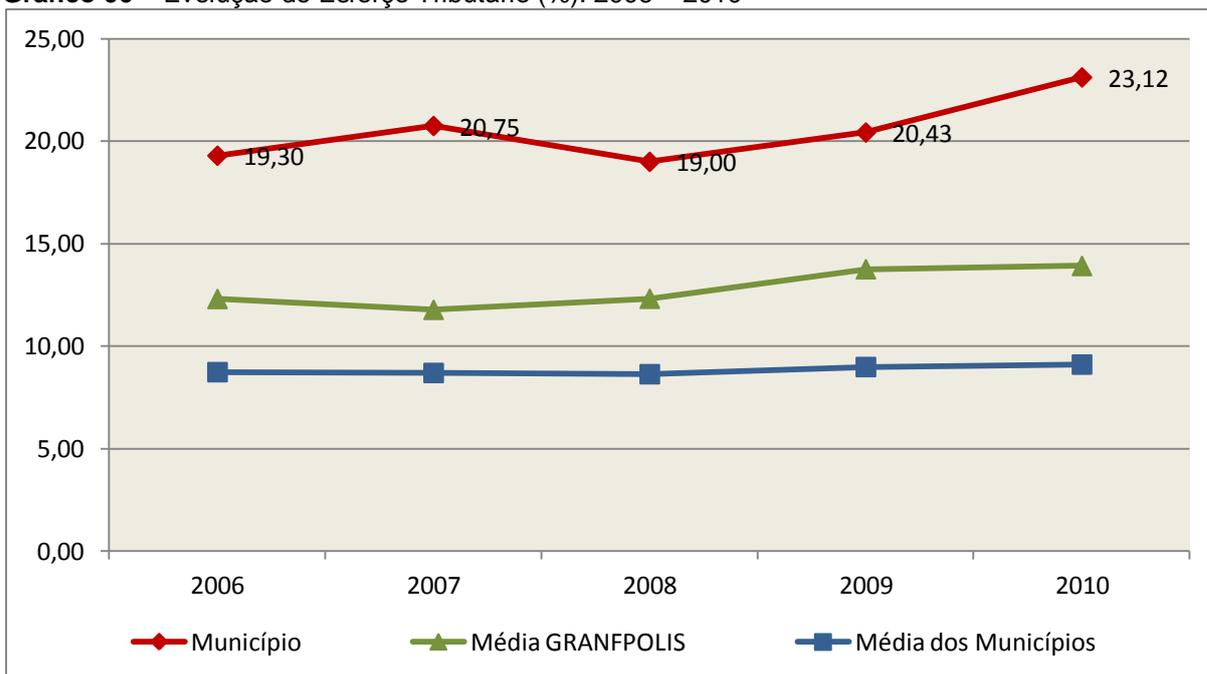


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **46,66%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 06** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010

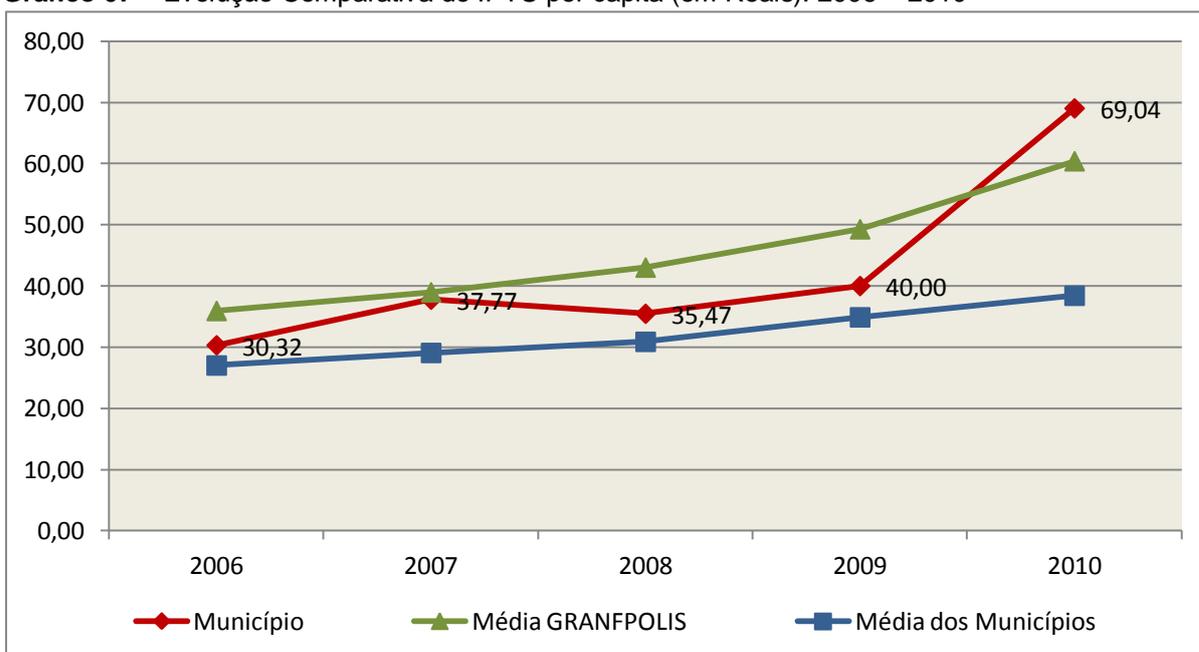


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 07** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

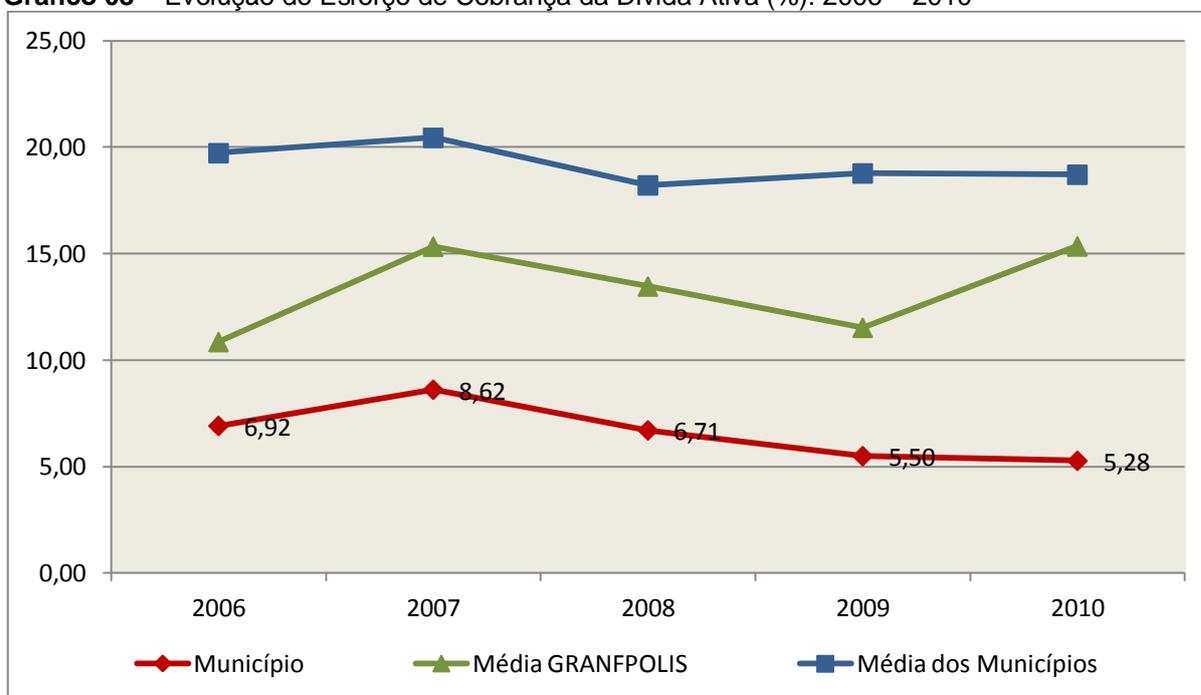
**Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010**

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
41.791.899,75	10.735.426,60	0,00	0,00	2.208.683,88	0,00	50.318.642,47

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010**



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010**

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	5.954.000,00	5.385.802,35	90,46
02-Judiciária	2.787.000,00	2.590.848,83	92,96
04-Administração	44.057.115,00	23.404.413,81	53,12
05-Defesa Nacional	401.000,00	233.790,39	58,30
06-Segurança Pública	3.652.000,00	1.616.833,31	44,27

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
08-Assistência Social	8.771.908,00	4.422.502,81	50,42
09-Previdência Social	6.930.000,00	3.251.996,04	46,93
10-Saúde	39.236.012,94	23.803.666,53	60,67
11-Trabalho	508.000,00	323.677,81	63,72
12-Educação	49.311.608,18	42.471.688,20	86,13
13-Cultura	968.000,00	341.292,53	35,26
15-Urbanismo	23.238.245,00	8.244.239,20	35,48
16-Habitação	13.997.440,29	455.557,29	3,25
17-Saneamento	49.430.594,61	21.356.629,29	43,21
18-Gestão Ambiental	828.000,00	416.207,19	50,27
20-Agricultura	1.482.500,00	880.839,19	59,42
21-Organização Agrária	95.000,00	36.995,73	38,94
22-Indústria	45.000,00	6.500,00	14,44
23-Comércio e Serviços	1.105.000,00	695.325,59	62,93
25-Energia	6.564.000,00	6.510.161,00	99,18
26-Transporte	940.000,00	-	-
27-Desporto e Lazer	1.096.733,00	166.858,64	15,21
28-Encargos Especiais	1.580.000,00	1.542.262,77	97,61
99-Reserva de Contingência	1.339.667,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>264.318.824,02</b>	<b>148.158.088,50</b>	<b>56,05</b>

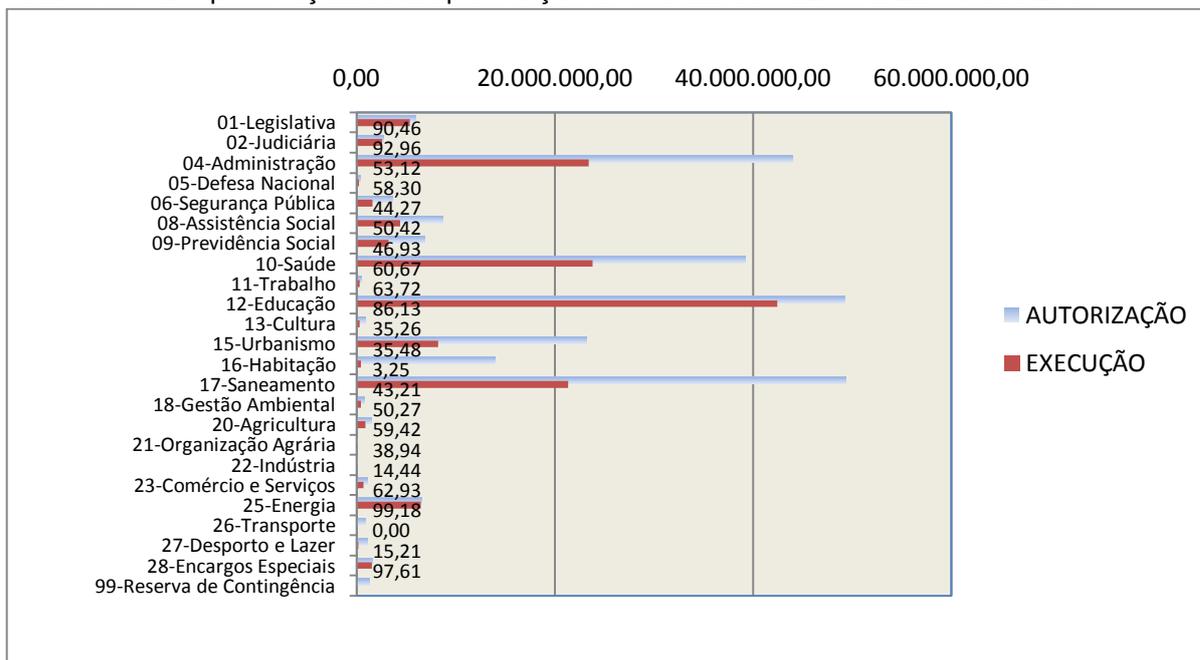
**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre os créditos autorizados constante do Anexo 11 e o informado via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento, consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010**



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010**

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
01-Legislativa	-	3.572.234,58	4.263.685,07	5.069.639,34	5.385.802,35
02-Judiciária	730.410,54	701.408,67	2.966.838,36	2.703.036,54	2.590.848,83
04-Administração	20.332.584,89	16.450.442,50	17.688.114,25	18.494.239,80	23.404.413,81
05-Defesa Nacional	-	-	-	-	233.790,39
06-Segurança Pública	1.234.791,09	1.199.792,07	1.612.840,80	1.738.199,71	1.616.833,31
08-Assistência Social	2.061.256,69	2.484.088,97	3.625.691,99	3.261.070,95	4.422.502,81
09-Previdência Social	645.254,98	760.686,58	988.401,60	3.076.395,38	3.251.996,04
10-Saúde	13.719.685,27	14.680.241,78	17.405.684,61	20.409.914,42	23.803.666,53
11-Trabalho	-	-	-	-	323.677,81
12-Educação	23.204.995,33	29.537.583,93	34.532.409,28	39.048.197,35	42.471.688,20
13-Cultura	165.314,31	277.671,65	321.199,94	329.081,79	341.292,53
15-Urbanismo	2.079.500,59	4.024.018,42	10.452.662,46	4.523.676,33	8.244.239,20
16-Habituação	302.824,52	559.612,89	632.734,79	141.249,60	455.557,29
17-Saneamento	2.321.614,43	5.940.054,48	18.359.573,46	20.184.525,27	21.356.629,29
18-Gestão Ambiental	419.710,31	373.600,40	363.103,77	358.613,11	416.207,19
20-Agricultura	816.068,71	666.020,95	751.232,78	987.838,08	880.839,19
21-Organização Agrária	-	-	-	-	36.995,73
22-Indústria	98.976,40	78.737,88	39.996,66	41.651,00	6.500,00

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
23-Comércio e Serviços	-	-	-	690.829,78	695.325,59
25-Energia	4.665.611,56	5.471.664,42	5.306.497,75	5.688.196,93	6.510.161,00
27-Desporto e Lazer	185.245,97	460.714,12	739.619,15	413.453,35	166.858,64
28-Encargos Especiais	811.942,52	985.822,88	1.382.990,68	1.244.019,57	1.542.262,77
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>73.795.788,11</b>	<b>88.224.397,17</b>	<b>121.433.277,40</b>	<b>128.403.828,30</b>	<b>148.158.088,50</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2010**

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	9.472.095,27	11,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.194.205,72	13,90
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	2.009.245,05	2,49
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	4.266.290,60	5,30
Cota do ICMS	19.672.620,55	24,43
Cota-Parte do IPVA	7.075.782,53	8,79
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	425.875,69	0,53
Cota-Parte do FPM	23.563.239,85	29,26
Cota do ITR	17.389,16	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	127.630,56	0,16
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	1.566.421,77	1,95
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.143.839,78	1,42
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>80.534.636,53</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	169.010.042,44
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	10.175.708,42
(-) Compensação entre Regimes de Previdência	501.403,32
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	2.405.814,71
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>155.927.115,99</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Palhoça (em Reais): 2009 – 2010

<b>ATIVO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Financeiro</b>	<b>60.715.197,41</b>	<b>82.090.307,42</b>	<b>Financeiro</b>	<b>6.251.467,69</b>	<b>6.073.907,51</b>
<b>Disponível</b>	<b>60.647.163,77</b>	<b>82.022.273,78</b>	<b>Depósitos</b>	<b>720.372,27</b>	<b>660.914,53</b>
Bancos Conta Movimento	7.922.970,68	12.374.679,89	Consignações	402.746,20	323.531,74
Bancos Conta Vinculada	14.036.115,91	21.502.026,85	Depósitos de Diversas Origens	317.626,07	337.382,79
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	148.964,75	159.003,96	<b>Restos a Pagar</b>	<b>5.531.095,42</b>	<b>5.412.992,98</b>
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	468.903,54	248.519,11	Obrigações a Pagar	5.531.095,42	5.412.992,98
Investimentos do RPPS	39.691.057,98	49.704.189,56			
(-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS	-1.620.849,09	-1.966.145,59			
<b>Realizável</b>	<b>68.033,64</b>	<b>68.033,64</b>			
Valores Pendentes a Curto	68.033,64	68.033,64			

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Prazo					
<b>Permanente</b>	<b>76.050.025,79</b>	<b>98.073.274,02</b>	<b>Permanente</b>	<b>86.189.645,09</b>	<b>61.668.060,54</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>41.791.899,75</b>	<b>50.318.642,47</b>	<b>Dívida Fundada</b>	<b>7.023.400,88</b>	<b>3.284.097,06</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	14.538.290,67	25.273.717,27	<b>Débitos Consolidados</b>	<b>607.231,39</b>	<b>439.800,92</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	27.253.609,08	25.044.925,20	Dívidas Renegociadas	-	256.609,37
<b>Investimentos</b>	<b>56.069,79</b>	<b>56.069,79</b>	Obrigações a Pagar	285.010,17	-
<b>Imobilizado</b>	<b>34.202.056,25</b>	<b>47.698.561,76</b>	Obrigações Legais e Tributárias	322.221,22	183.191,55
Bens Móveis e Imóveis	34.202.056,25	47.698.561,76	<b>Diversos</b>	<b>78.559.012,82</b>	<b>57.944.162,56</b>
Bens Imóveis	21.377.681,39	29.330.290,22	Provisões Matemáticas	78.559.012,82	57.944.162,56
Bens Móveis	12.824.374,86	18.368.271,54	Previdenciárias		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>136.765.223,20</b>	<b>180.163.581,44</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>92.441.112,78</b>	<b>67.741.968,05</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>44.324.110,42</b>	<b>112.421.613,39</b>
			Ativo Real Líquido	44.324.110,42	112.421.613,39
<b>TOTAL</b>	<b>136.765.223,20</b>	<b>180.163.581,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>136.765.223,20</b>	<b>180.163.581,44</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	60.715.197,41	82.022.273,78	21.307.076,37
Passivo Financeiro	6.251.467,69	6.073.907,51	177.560,18
<b>Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado</b>	<b>54.463.729,72</b>	<b>75.948.366,27</b>	<b>21.484.636,55</b>
Ativo Financeiro do RPPS	38.084.561,85	47.750.542,24	9.665.980,39
Passivo Financeiro do RPPS	32.074,57	52.856,38	20.781,81
<b>Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS</b>	<b>16.411.242,44</b>	<b>28.250.680,41</b>	<b>11.839.437,97</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

**Quadro 11 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)**

Descrição	Valor
Receitas Antecipadas da Prefeitura – Ajuste exercício atual *	67.767,77
Receitas Antecipadas Demais Unidades – Ajuste exercício atual *	265,87
<b>Total excluído no Saldo Final do Ativo Financeiro</b>	<b>68.033,64</b>

\*Nota: Ausência de movimentações das referidas contas desde o exercício de 2008 (fls. 647 a 652 dos autos).

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 28.250.680,41** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,18** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 11.839.437,97** passando de um Superávit de **R\$ 16.411.242,44** para um Superávit de **R\$ 28.250.680,41**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 20.471.310,93**.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010**

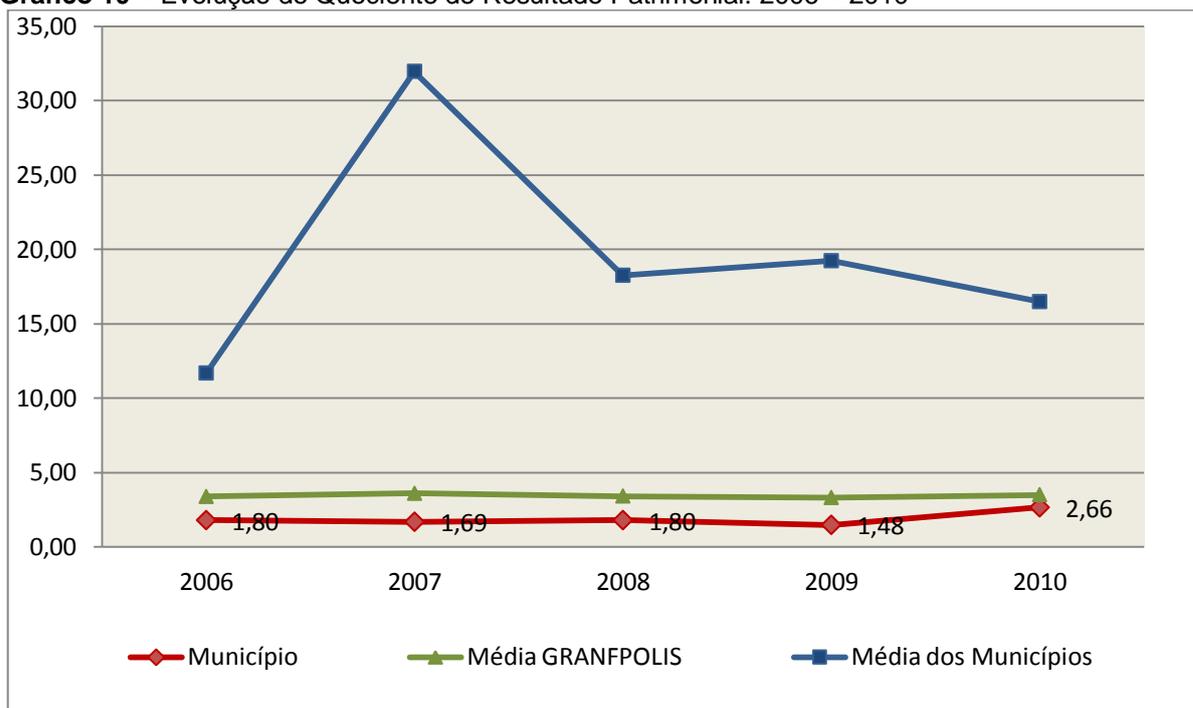
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Despesa Executada	73.795.788,11	88.224.397,17	121.433.277,40	128.403.828,30	148.158.088,50
2 Restos a Pagar	10.316.466,22	8.632.755,28	8.459.484,35	5.531.095,42	5.412.992,98
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS	6.337.871,55	8.707.182,10	16.751.487,08	22.630.635,56	34.271.731,54
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS	11.628.155,32	10.096.068,09	9.818.898,65	6.219.393,12	6.021.051,13
5 Ativo Real	65.786.842,76	76.140.940,55	103.084.938,10	136.765.223,20	180.163.581,44
6 Passivo Real	36.465.515,48	45.107.969,16	57.187.953,79	92.441.112,78	67.741.968,05
QUOCIENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Patrimonial (5÷6)	1,80	1,69	1,80	1,48	2,66
Situação Financeira (3÷4)	0,55	0,86	1,71	3,64	5,69
Restos a Pagar (2÷1)*100	13,98	9,78	6,97	4,31	3,65

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



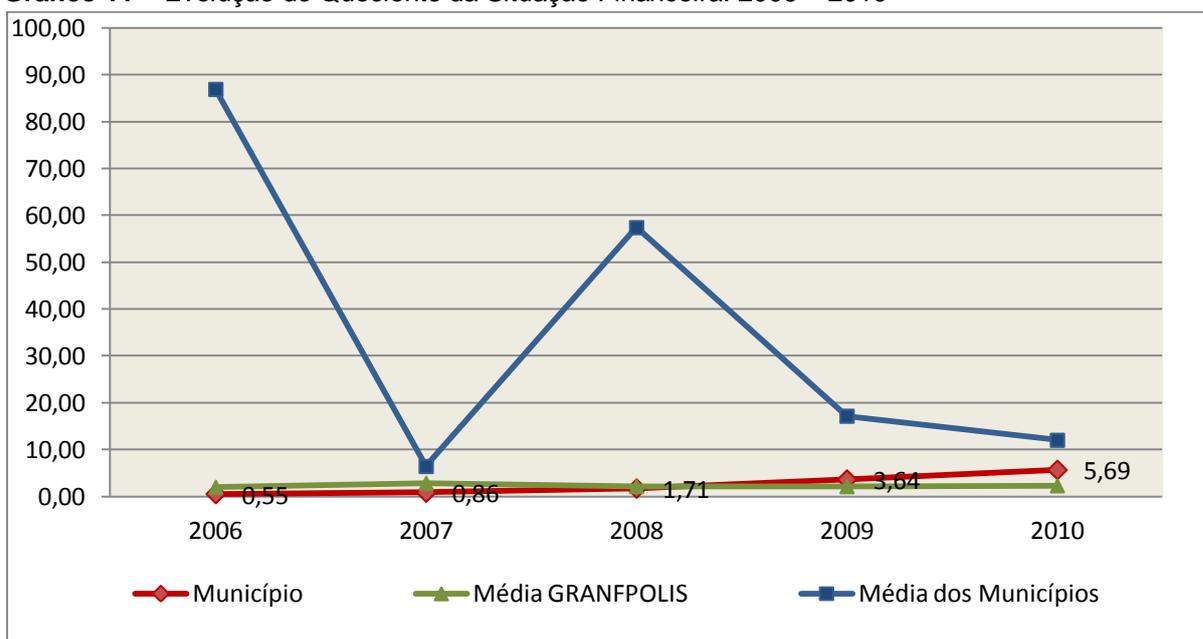
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2010 o Ativo Real apresenta-se **2,66** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

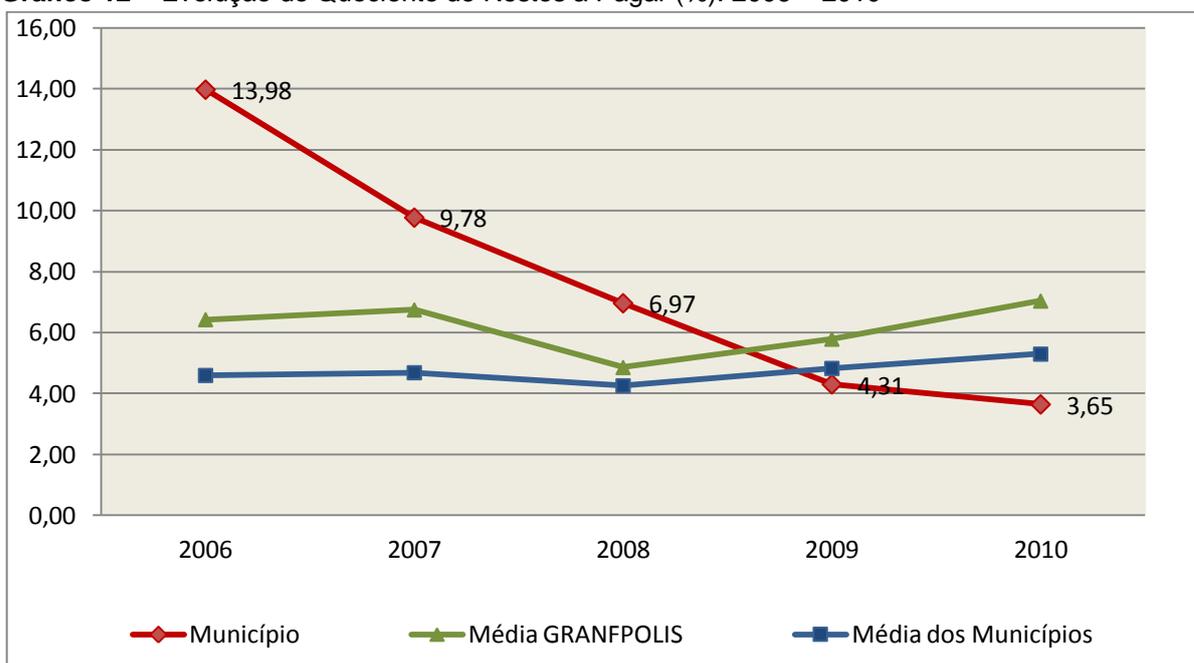
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2010 o Ativo Financeiro representa **5,69** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Palhoça é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 12** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,65%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>80.534.636,53</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	23.803.666,53	29,56
Atenção Básica (10.301)	22.042.068,69	27,37

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	644.544,13	0,80
Vigilância Sanitária (10.304)	599.023,74	0,74
Vigilância Epidemiológica (10.305)	516.429,97	0,64
Administração Geral (10.122)	1.600,00	-
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	8.686.602,14	10,79
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>15.117.064,39</b>	<b>18,77</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	12.080.195,48	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>3.036.868,91</b>	<b>3,77</b>

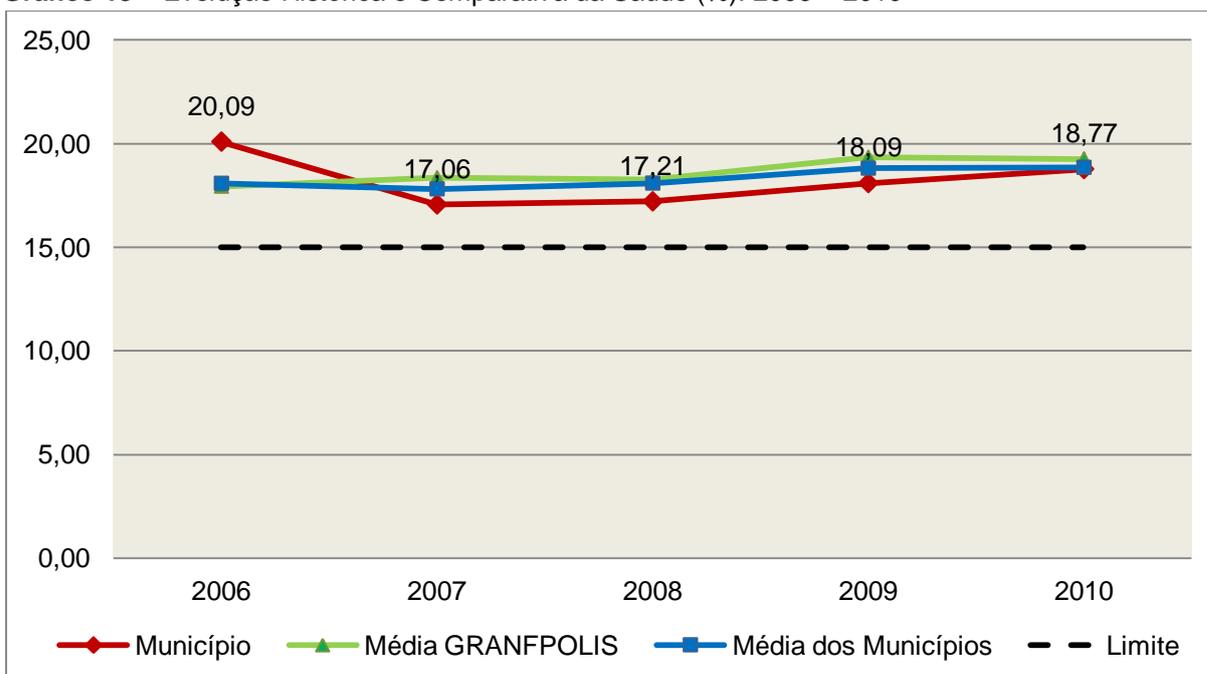
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 15.117.064,39**, correspondendo a um percentual de **18,77%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

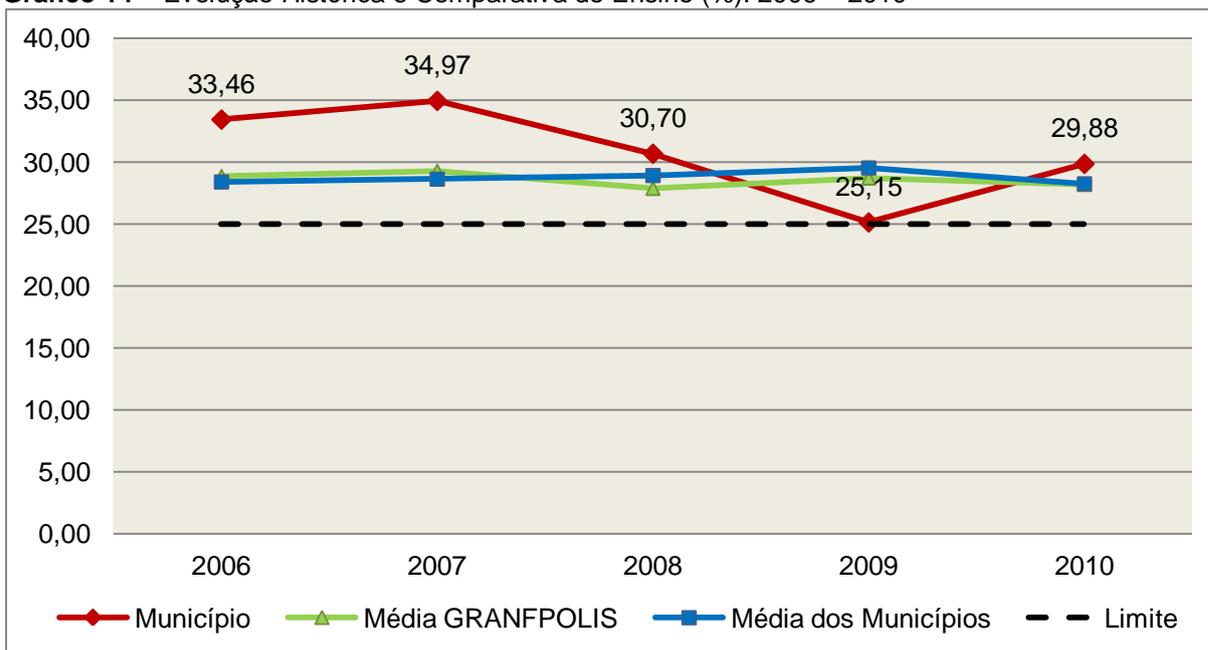
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>80.534.636,53</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>12.921.223,58</b>	<b>16,04</b>
Educação Infantil (12.365)	12.921.223,58	16,04
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>27.658.240,28</b>	<b>34,34</b>
Ensino Fundamental (12.361/12.366)	27.658.240,28	34,34
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	4.146.102,80	5,15
(-) Ganho com FUNDEB	12.183.940,65	15,13
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	186.628,61	0,23
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>24.062.791,80</b>	<b>29,88</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	20.133.659,13	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>3.929.132,67</b>	<b>4,88</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 24.062.791,80** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,88%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 3.929.132,67**, representando **4,88%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Palhoça** em 2010 aumentou seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010

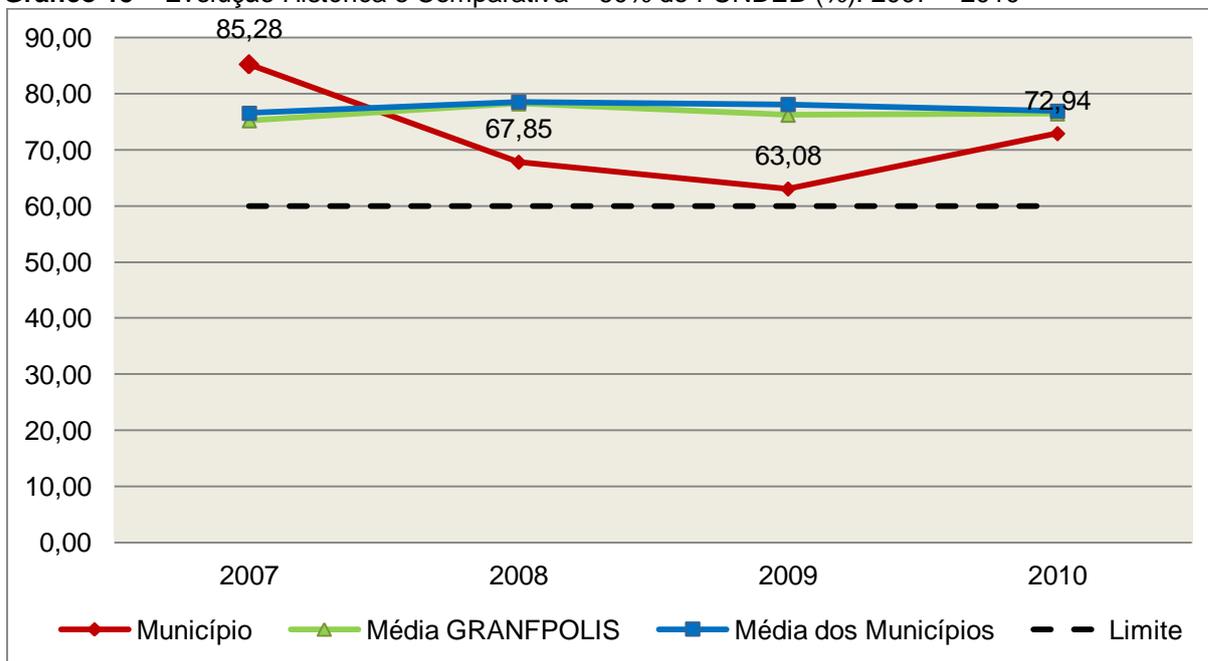
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	22.359.649,07
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	186.628,61
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>22.546.277,68</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	13.527.766,61
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB (Conforme sistema e-Sfinge, fonte 18, grupos 1 e 2 (fls.624 a 627 dos autos)	16.444.777,11
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>2.917.010,50</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 16.444.777,11**, equivalendo a **72,94%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo

60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

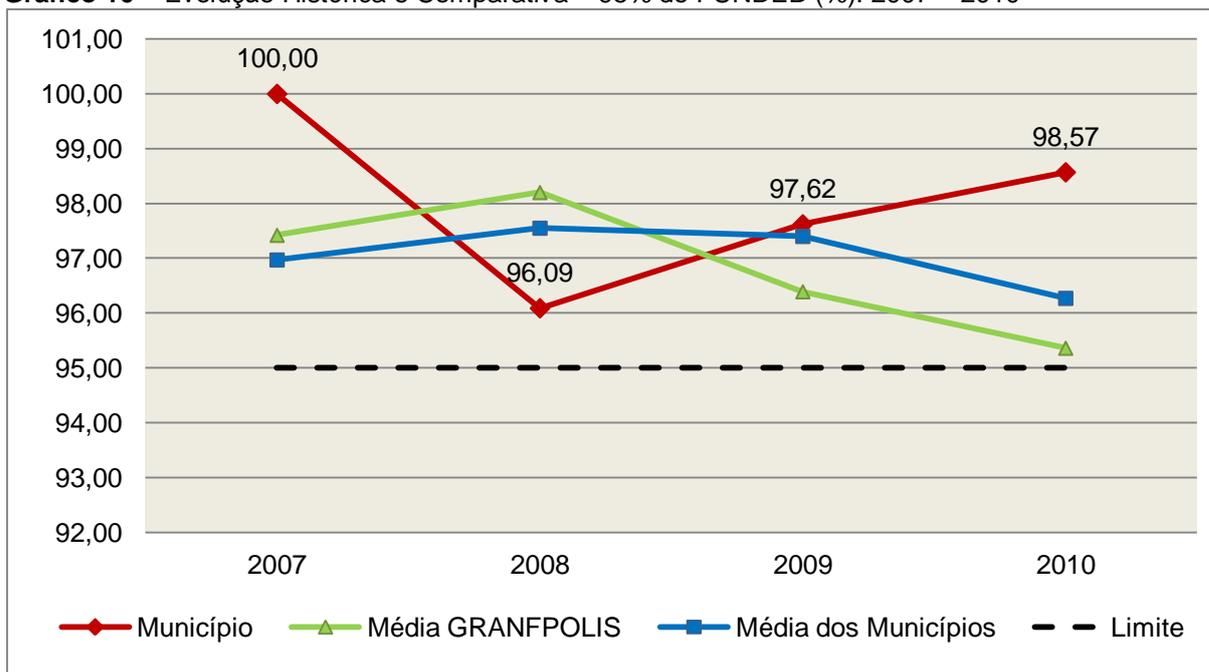
**Quadro 16** – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>22.546.277,68</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	21.418.963,80
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira (Conforme apêndice 5, deste Relatório)	22.223.467,29
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>804.503,49</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo anterior evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 22.223.467,29**, equivalendo a **98,57%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Palhoça ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou parcialmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 1.123.315,01**, quando o saldo total era de **R\$ 1.142.948,66**, mediante abertura de crédito adicional, após o 1º trimestre, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal na Conclusão deste Relatório.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010**

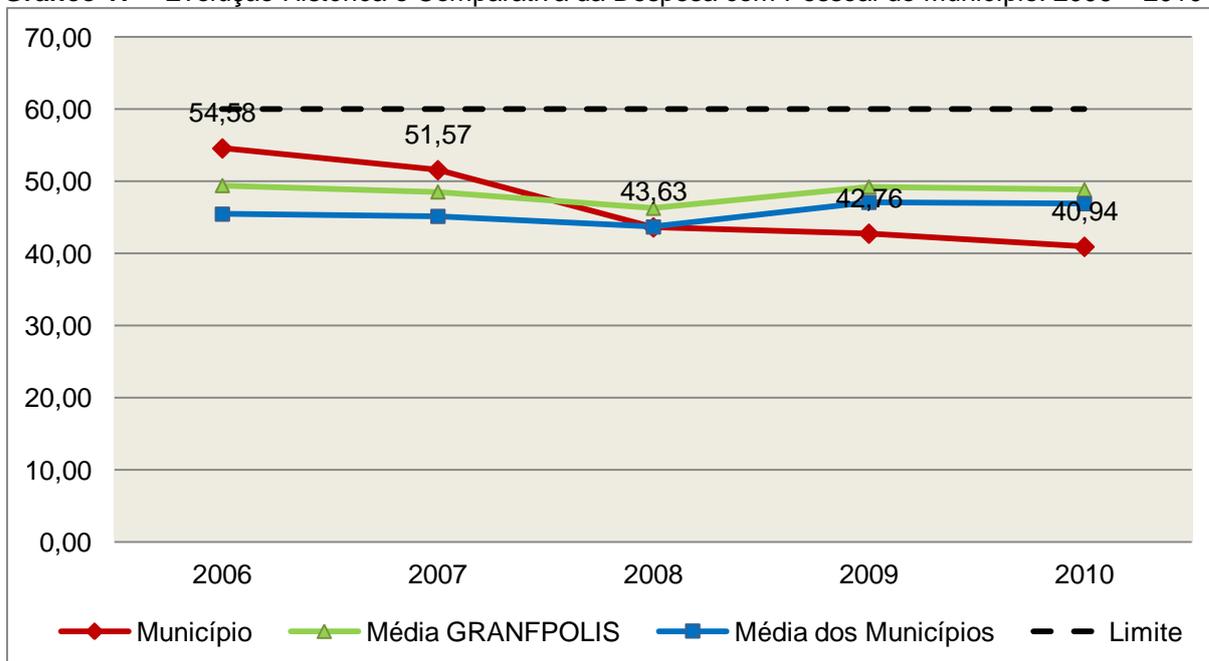
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>155.927.115,99</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	93.556.269,59	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>60.222.088,15</b>	<b>38,62</b>
Pessoal e Encargos	60.222.088,15	38,62
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>3.635.212,00</b>	<b>2,33</b>
Pessoal e Encargos	3.635.212,00	2,33
Total das deduções das despesas com pessoal*	21.840,54	0,01
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>63.835.459,61</b>	<b>40,94</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	29.720.809,98	19,06

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **40,94%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

**Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010**



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Palhoça, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

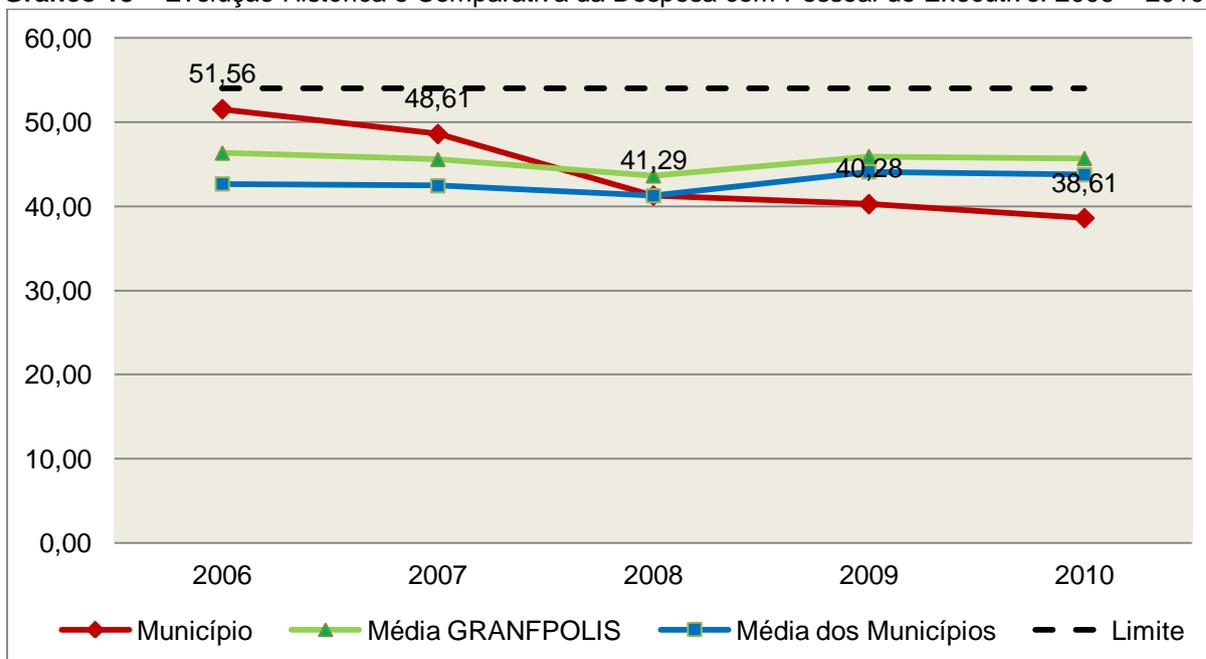
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>155.927.115,99</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	84.200.642,63	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	60.222.088,15	38,62
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	21.840,54	0,01
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>60.200.247,61</b>	<b>38,61</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	24.000.395,02	15,39

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **38,61%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

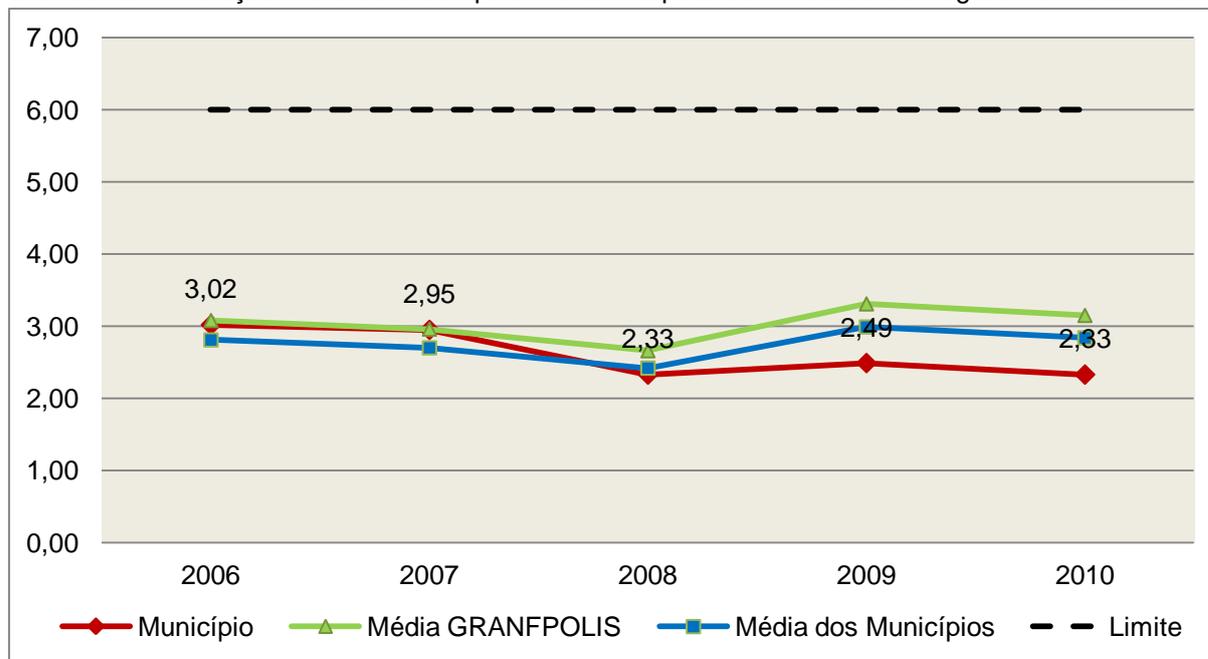
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>155.927.115,99</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.355.626,96	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	3.635.212,00	2,33
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>3.635.212,00</b>	<b>2,33</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	5.720.414,96	3,67

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,33%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

**Gráfico 19** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Palhoça, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

**Quadro 20** – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

<b>LEI INSTITUIDORA</b>	1543, de 10/09/2002					
<b>RESPONSÁVEL</b>	Anne Cristina Alves Lorenzetti	<b>ATO DE NOMEAÇÃO</b>			Portaria 345, de 11/11/2010	
<b>RELATÓRIOS BIMESTRAIS</b> (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	<b>Datas Limites para Entrega</b>					
	<b>1º BIM.</b>	<b>2º BIM.</b>	<b>3º BIM.</b>	<b>4º BIM.</b>	<b>5º BIM.</b>	<b>6º BIM.</b>
	31/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	30/09/2010	30/11/2010	31/01/2011
	<b>Datas de Entrega</b>					
<b>1º BIM.</b>	<b>2º BIM.</b>	<b>3º BIM.</b>	<b>4º BIM.</b>	<b>5º BIM.</b>	<b>6º BIM.</b>	
31/03/2010	07/06/2010	05/08/2010	06/10/2010	03/12/2010	04/02/2011	

A restrição oriunda do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontra-se anotada no Capítulo 9, deste Relatório.

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos, não foram verificadas irregularidades ou ilegalidades levantadas pelo Órgão de Controle Interno, com referência a execução do orçamento e dos registros contábeis, bem como com relação aos atos e fatos da administração municipal.

## 7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesta linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral destes.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, Incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Este fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei Federal nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que as formas de aplicação dos recursos são determinadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Lei Federal nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no [art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal](#).

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Palhoça, constata-se que a despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência representa 0,07% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal.

Além disto, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 580 a 603 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às páginas (fls. 584 a 587 e 600 a 603 dos autos):

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Prefeitura Municipal segundo informações prestada através do Ofício nº 38/2011/COI (fl.580) e conforme pesquisa efetuada no Sistema e-Sfinge não esta empenhada no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## 8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS

- 8.1. Divergência, no valor de **R\$ 100.000,00**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 264.418.824,02) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 264.318.824,02), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 2 e 6);

## 9. OUTRAS RESTRIÇÕES

- 9.1. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

## 10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

**Quadro 21 – Síntese**

<b>1) Balanço Anual Consolidado</b>	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
<b>2) Resultado Orçamentário</b>	Superávit	R\$ 10.723.840,62
<b>3) Resultado Financeiro</b>	Superávit	R\$ 28.250.680,41
<b>4) LIMITES</b>	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>4.1) Saúde</b>	15,00%	18,77%
<b>4.2) Ensino</b>	25,00%	29,88%
<b>4.3) FUNDEB</b>	60,00%	72,94%
	95,00%	98,57%
<b>4.4) Despesas com pessoal</b>	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>a) Município</b>	60,00%	40,94%
<b>b) Poder Executivo</b>	54,00%	38,61%
<b>c) Poder Legislativo</b>	6,00%	2,33%

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº

202/2000, referente às contas do **exercício de 2010 do Município de Palhoça**, esta instrução apresenta as seguintes restrições:

1. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
  - 1.1. Aplicação parcial no valor de **R\$ 1.123.315,01** referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 1.142.948,66** mediante a abertura de crédito adicional após o primeiro trimestre de 2010, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3);
  - 1.2. Divergência, no valor de **R\$ 100.000,00**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 264.418.824,02) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 264.318.824,02), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 2 e 6);
  - 1.3. Atraso nas remessas dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (item 9.1)

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** a adoção de providências com vistas à correção das deficiências de natureza contábil constantes do Capítulo 8, deste Relatório;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 3, em 03/11/2011.

GIAN CARLO DA SILVA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

EDESIA FURLAN  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 3**

De Acordo

Em 03/11/2011.

CRISTIANE DE SOUZA REGINATTO  
**Coordenador de Controle**  
**Inspetoria 1**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	
- Transferências de Convênios: Saúde (12) Serviços de Saúde R\$ 4.967.486,08 (fl. 615)	
- Transferências de Convênios: Saúde (23) R\$ 1.475.048,70 (fl.616)	
- Transferências de Convênios: Saúde (64) Atenção Básica R\$ 1.351.887,78 (617)	
- Transferências de Convênios: Saúde (66) Vigilância em Saúde R\$ 288.774,09 (618)	
- Transferências de Convênios: Saúde (67) Assistência Farmacêutica Básica R\$ 495.117,62 (619)	
	8.578.314,27
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde	
- Alienações de Bens destinados a Programa de Saúde R\$ 53.905,33 (620)	
	53.905,33
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (Conforme apêndice 1, a seguir)	54.382,54
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>8.686.602,14</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	
-Transferência de Convênio: Salário Educação (58) R\$ 8.573,00 (fl.609)	
- Transferência de Convênio: Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (59) R\$ 228.807,70 (fl. 610)	
	237.380,70
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (Conforme apêndice 2, a seguir)	28,61
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	
-Transferência de Convênio: Educação (22) R\$ 943.510,00 (fl.606)	
- Transferência de Convênio: Outros (24) R\$ 30.000,00 (fl.607)	
- Outras Especificações (43) R\$ 60.102,50 (fl. 608)	
- Salário Educação (58) R\$ 945.759,89 (fl. 609)	
- Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (59) R\$ 2.161,95 (fl. 610)	
- Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (60) R\$ 665.231,76 (fl. 611)	
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE (61) R\$ 13.878,20 (fl. 642)	
	2.660.644,30
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Conforme apêndice 4, a seguir)	1.095.675,91
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (Conforme apêndice 3, a seguir)	152.373,28
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>4.146.102,80</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
<b>Executivo:</b> Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	2.181,08
<b>Executivo:</b> Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	19.659,46
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>21.840,54</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>21.840,54</b>

## Apêndice 1

Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (R\$ 54.382,54)

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde de Palhoça

**Competência:** 01/2010 à 06/2010

Data de Emissão do Empenho	Número Empenho	Ano	Credor	Valor Processado (R\$)	Valor Não Processado (R\$)	Unidade Orçamentária	Função	SubFunção	Especificação da Destinação
02/01/2009	21/2009	2009	AUTO VIACAO IMPERATRIZ LTDA.		6.807,50	1501	10	301	2
02/01/2009	22/2009	2009	FUNDO MUNICIPAL REEQ. CORPO BOMBEIROS DE PALHOÇA		3.963,40	1501	10	301	2
02/01/2009	24/2009	2009	EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS		659,15	1501	10	301	2
08/05/2009	656/2009	2009	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA		3.299,78	1501	10	301	0
08/05/2009	657/2009	2009	CERENE CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA		1.422,16	1501	10	301	2
10/07/2009	916/2009	2009	MANUBATUR TURISMO E VIAGENS LTDA.M.E		4.433,34	1501	10	301	2
21/09/2009	1219/2009	2009	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		0,01	1501	10	301	2
03/12/2009	1538/2009	2009	IOESC		90,00	1501	10	301	2
07/12/2009	1563/2009	2009	ELETRO ARIRIU SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA		865,00	1501	10	301	2
07/12/2009	1564/2009	2009	FUNDO DE MAT. PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS		1.226,00	1501	10	301	2
15/12/2009	1631/2009	2009	AUDIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP		37,10	1501	10	301	2
15/12/2009	1636/2009	2009	DIMACI MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.		35,00	1501	10	301	2
15/12/2009	1684/2009	2009	CIRÚRGICA MAFRA LTDA		5,68	1501	10	305	2
15/12/2009	1688/2009	2009	PERICIAL SUL		900,00	1501	10	301	2
31/12/2009	1690/2009	2009	UNIMED FPOLIS-COOP. TRABALHO MEDICO LTDA		30.638,42	1501	10	301	2

## Apêndice 2

Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (R\$ 28,61)

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Palhoça

**Competência:** 01/2010 à 06/2010

**Função:** =12- Educação

**Especificação da Destinação:** |0 |1 |18 |19

Data de Emissão do Empenho	Número Empenho	Ano	Credor	Valor Processado (R\$)	Valor Não Processado (R\$)	Unidade Orçamentária	Função	SubFunção	Especificação da Destinação
09/02/2009	405/2009	2009	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A		28,61	1101	12	365	1

## Apêndice 3

Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (R\$ 152.373,28)

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Palhoça

**Competência:** 01/2010 à 06/2010

**Função:** =12- Educação

**Especificação da Destinação:** |0 |1 |18 |19

Data de Emissão do Empenho	Número Empenho	Ano	Credor	Valor Processado (R\$)	Valor Não Processado (R\$)	Unidade Orçamentária	Função	SubFunção	Especificação da Destinação
26/11/2009	3602/2009	2009	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.		152.373,28	1101	12	361	1

## Apêndice 4

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (R\$ 1.095.675,91)

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Palhoça

**Competência:** 01/2010 à 06/2010

**Função:** =12- Educação

**Subfunção:** =361- Ensino Fundamental

**Especificação Fonte de Recurso:** |0 |1

**Histórico:** Gêneros alimentícios

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
0	1025	23/03/2010	BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA	37.582,80	A aquisição dos gêneros alimentícios menos perecíveis para o abastecimento das unidades escolares, atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (Licitação Nº : 53/2010-PR)
0	2283	20/07/2010	BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA	8.263,10	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Histórico
0	<u>2268</u>	19/07/2010	BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA	10.269,50	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>3003</u>	14/09/2010	BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA	3.495,60	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>844</u>	15/03/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	156.688,80	A aquisição dos gêneros alimentícios menos perecíveis para o abastecimento das unidades escolares, atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (Licitação Nº : 53/2010-PR)
0	<u>845</u>	15/03/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	210.672,15	A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para o abastecimento das unidades escolares, atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (Licitação Nº : 54/2010-PR) CONTRATO 027/2010
0	<u>1832</u>	31/05/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	31.779,29	A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para o abastecimento das unidades escolares, atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (Licitação Nº : 54/2010-PR) CONTRATO 027/2010 E TERMO ADITIVO Nº 092/2010
0	<u>2282</u>	20/07/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	12.312,81	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2270</u>	19/07/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	12.373,99	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>3001</u>	14/09/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	1.916,19	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2211</u>	13/07/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	2.272,35	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2576</u>	03/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	4.186,81	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2462</u>	23/07/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	5.677,23	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2579</u>	03/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	7.659,13	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2242</u>	14/07/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	7.860,35	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2942</u>	31/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	11,42	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2723</u>	23/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	16,87	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2718</u>	23/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	2.410,85	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2689</u>	12/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	3.225,51	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2941</u>	31/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	3.368,82	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2720</u>	23/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	4.327,04	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2939</u>	31/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	5.647,99	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2687</u>	12/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	7.997,40	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2655</u>	09/08/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	8.631,96	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>3002</u>	14/09/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	14.849,07	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>3729</u>	22/11/2010	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	1.810,07	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2269</u>	19/07/2010	NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM.DE ALIMENTOS	5.347,36	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2281</u>	20/07/2010	NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM.DE ALIMENTOS	5.839,30	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Histórico
0	<u>3004</u>	14/09/2010	NUTRIMENTAL S.A. IND. E COM.DE ALIMENTOS	2.579,46	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>1484</u>	29/04/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	71.709,39	O objeto da presente dispensa de licitação consiste na aquisição, mediante entrega imediata e parcelada, (semanalmente), de gêneros alimentícios perecíveis e menos perecíveis, através de contratação em caráter emergencial, para o primeiro semestre de 2010, para as Unidades escolares atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme especificação nos Anexos, parte integrante desta dispensa. (Licitação Nº : 138/2010-DL)
0	<u>1026</u>	23/03/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	132.299,85	A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para o abastecimento das unidades escolares, atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (Licitação Nº : 54/2010-PR)
0	<u>1835</u>	31/05/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	33.074,86	A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para o abastecimento das unidades escolares, atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (Licitação Nº : 54/2010-PR) e termo aditivo nº 091/2010
0	<u>2272</u>	20/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	202,54	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2273</u>	20/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	209,95	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2271</u>	19/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	21.574,84	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2280</u>	20/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	26.228,41	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2938</u>	31/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	19,76	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>3037</u>	20/09/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	29,52	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>3010</u>	14/09/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	11.895,16	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>3536</u>	25/10/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	13.677,85	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2212</u>	13/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	926,08	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2455</u>	23/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	1.392,66	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2578</u>	03/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	4.254,39	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2210</u>	13/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	10.295,97	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2463</u>	23/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	10.536,44	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2241</u>	14/07/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	11.509,27	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2577</u>	03/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	12.563,16	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2722</u>	23/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	1.448,36	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2682</u>	12/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	3.063,72	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2719</u>	23/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	5.633,98	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2721</u>	23/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	8.541,91	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2940</u>	31/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	12.932,78	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2688</u>	12/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	13.972,80	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2656</u>	09/08/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	17.209,91	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Histórico
					semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2989</u>	14/09/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	14.587,91	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>3720</u>	22/11/2010	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	4.161,38	Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 201/2010-PR)
0	<u>2279</u>	20/07/2010	TOP COMERCIAL LTDA	29.943,06	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>2267</u>	19/07/2010	TOP COMERCIAL LTDA	31.808,04	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)
0	<u>3005</u>	14/09/2010	TOP COMERCIAL LTDA	10.898,84	Aquisição de Gêneros alimentícios não Perecíveis para contemplar a alimentação dos alunos para o segundo semestre de 2010. (Licitação Nº : 200/2010-PR)

## Apêndice 5

Apuração das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira

Descrição	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB em 2010	22.359.649,07
(+) Rendimentos de aplicação Financeira do FUNDEB	186.628,61
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (Sistema e-Sfinge, fls. 633 dos autos)	811.735,09
(+) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB (grupo de fontes 18 e 19), inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (sistema e-Sfinge, fl. 632)	488.924,70
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2009</b>	<b>22.223.467,29</b>

Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da lei nº 11.494/2007)	Valor (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010	811.735,09
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (sistema e-Sfinge, fl. 632 dos autos)	488.924,70
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>322.810,39</b>